controvérsia, emitindo sobre ela juízo de valor. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Conclusões: Por unanimidade de votos, foram rejeitados os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Presente o advogado do apelante.

140. APELAÇÃO 0373413-14.2013.8.19.0001 Assunto: Práticas Abusivas / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 40 VARA CÍVEL Ação: 0373413-14.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2015.00579608 - APELANTE: FRANCISCO ANTONIO MATIAS DE PAULA ADVOGADO: FÁBIO CRUZ BARREIROS OAB/RJ-162562 APELANTE: CONDOR SÃO CRISTÓVÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. ADVOGADO: MARCILIO AFONSO LUSTOSA VIEIRA OAB/RJ-004652D APELADO: OS MESMOS APELADO: Jcr Borges Consultoria Imobiliária ADVOGADO: KARINA ELIAS CARVALHAR OAB/RJ-200687 **Relator: DES. MURILO ANDRE KIELING CARDONA PEREIRA** Ementa: Apelações Cíveis. Ação Indenizatória. Pretensão de aquisição de unidade imobiliária financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Construtora que rescinde o contrato de compra e venda em razão de alegar que o autor não conseguiu financiar o saldo devedor junto à instituição financeira. Impossibilidade, no entanto, de contratação com o agente financeiro que se deu por culpa da incorporadora. Sentença que condena os réus por dano moral e a restituir o valor dado a título de sinal na forma simples. Apelo das partes. A preliminar de ilegitimidade passiva no tocante ao pedido de restituição do valor pago à corretora não merece prosperar, visto que a legitimidade da parte se refere à titularidade de pretensão e não a de direito. As questões referentes à titularidade de direito pertencem ao mérito e não se enfrentam em sede de preliminar. Frise-se, por oportuno, que a matéria não desperta mais nenhuma polêmica, tendo o STJ, ao julgar o REsp 1551968/SP - Min. Rel. Paulo de Tarso Sanseverino, por sua Segunda Seção, em 24/08/2016, assentado a legitimidade do promitente vendedor para responder ao pedido de devolução da comissão de corretagem e da taxa de assistência técnica imobiliária. Rescisão do contrato de compra e venda que se deu por culpa da construtora que não contabilizou o sinal pago pelo autor no importe de R\$ 55.875,67. Saldo devedor assim que se mostrou excessivo, impossibilitando o financiamento pelo autor. Impossibilidade de se acolher a alegação da incorporadora de que dito valor foi pago a terceiro, visto que a 2ª ré, que foi quem recebeu dita importância (fl. 143), funcionou também como sua preposta ao receber valor referente à sinal que seria destinado à 1ª ré. Ademais, dito importe representa quase a metade do valor do imóvel, cujo preço inicial era de R\$ 116.579,59, não sendo assim razoável aceitar a desconsideração total, ou mesmo substancial desse valor no contrato que seria celebrado com o agente financeiro. Aplicação ademais a essa questão do disposto no art. 51, IV, do CDC. De outro modo, a responsabilidade da 2ª ré advém do fato de ter emitido recibo acusando o recebimento do valor de R\$ 55.875,41, tendo assim também a obrigação de realizar sua restituição. Aplicação no caso ainda do art. 7º, § único, do CDC. Valores pagos pelo autor a título de cotas condominiais que são indevidos, porquanto ele sequer foi imitado na posse. Precedentes. Réus que deverão restituir, portanto, todas as quantias pagas pelo autor, como determinado na sentença. No entanto, as arras confirmatórias deverão ser restituídas em dobro na forma do art. 418 do CC, como pleiteia o autor. Dano moral configurado e razoavelmente fixado que não merece alteração. Verbete sumular n.º 343 desta Corte. A propósito, a reparação deve ter a medida limitada pela razoabilidade, observados pressupostos do equilíbrio e justiça. O quantum não é para funcionar como uma espécie de metamorfose entre a angústia e o estado de euforia. Reparar, apenas isso. RECURSOS CONHECIDOS E DADO PARCIAL PROVIMENTO AO DO AUTOR E NEGADO PROVIMENTO AO DO RÉU. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso da parte Autora e negou-se provimento ao recurso do Réu, nos termos do voto do Relator. Falaram os advogados de ambas as partes.

141. APELAÇÃO 0379812-59.2013.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 2 VARA CÍVEL Ação: 0379812-59.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00455067 - APE: METALISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ADVOGADO: RENATO ROSSI VIDAL OAB/SP-173507 APDO: VIGBAN EMPRESA DE VIGILÂNCIA BANCÁRIA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA ADVOGADO: FELIPE ESTEVES WEISSMANN OAB/RJ-150252 **Relator: DES. MURILO ANDRE KIELING CARDONA PEREIRA** Ementa: EMENTA. APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL. NÃO PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS SOB A ALEGAÇÃO DE QUE OS PREPOSTOS DA EMPRESA DE VIGILÂNCIA TERIAM OPERADO COM NEGLIGÊNCIA DE MODO A PERMITIR O CRIME DE FURTO NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA CONTRATANTE COM PREJUÍZO MATERIAL DE R\$ 550.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONEXÃO. SENTENÇA CONJUNTA QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO DE COBRANÇA E IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA EMPRESA CONTRATANTE. Interposição de dois recursos de apelação da mesma parte contra a mesma sentença. Conhecimento apenas do primeiro recurso de apelação interposto. Prejudicado o último recurso. Precedentes. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Prova testemunhal e pericial que se mostram despidas ao deslinde da causa. Inadimplência que tem como motivação o furto ocorrido nas dependências da empresa contratante. Furto ocorrido em área restrita aos prepostos da empresa de segurança. Limitações contratuais que impediam a revista de funcionários, terceirizados e seus veículos. Falhas dos prepostos da empresa de vigilâncias que não possuem qualquer nexo de causalidade com o suposto furto noticiado. Incidência da multa contratual. Resolução contratual. Estreita observância das disposições contratuais. CONHECIDO E IMPROVIDO O APELO INTERPOSTO NOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA. PREJUDICADO O APELO MANEJADO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presente o advogado do apelado.

142. APELAÇÃO 0382644-02.2012.8.19.0001 Assunto: Cobrança de Quantia Indevida / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 42 VARA CÍVEL Ação: 0382644-02.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00644411 - APELANTE: CARMEN RAMALHO DA LUZ ADVOGADO: JOSE DIAS DE ARAUJO MACHADO OAB/RJ-110969 ADVOGADO: BERNARDO ALVES DEMETRIO FERREIRA OAB/RJ-174854 APELADO: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 **Relator: JDS. DES. MARIA CELESTE PINTO DE CASTRO JATAHY** Ementa: Apelação Cível. CEDAE. Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito. Autora alega cobrança de tarifa para coleta e tratamento de esgoto sem a efetiva prestação do serviço. Sentença de improcedência contra a qual se insurge a autora, postulando a sua reforma. Cerceamento de defesa não evidenciado. Partes intimadas a se manifestarem sobre o laudo pericial. Autora que, mesmo não tendo se manifestado oportunamente, teve condições de apresentar suas considerações sobre o laudo, em razões de apelação. Entendimento pacificado pelo STJ, no REsp nº 1.339.313/RJ (Recurso Repetitivo) no sentido de que basta a prestação de uma das atividades do esgotamento sanitário para que seja permitida a cobrança da tarifa. Precedentes desta Corte. Laudo pericial que atesta a existência de serviço de coleta e transporte do esgoto sanitário dos imóveis da autora. Sentença que se mantém. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

143. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0396429-65.2011.8.19.0001 Assunto: Benefício Atrasado Cumulado Com Correção Monetária / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 1 VARA FAZ PÚBLICA Ação: 0396429-65.2011.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00060776 - APE: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: ANDREA BRAGA PEIXOTO PROC. EST.: GUSTAVO AREAL PIRES APDO: IRENIL MATOS DE OLIVEIRA ADVOGADO: FRANCISCO FERNANDO LOBO